

Ação Fiscal

Vitória, Nov/Dez de 2008

ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO DO SINDIFISCAL • ANO IX • Nº 120

OS IMPACTOS DA CRISE FINANCEIRA MUNDIAL



A repercussão no Estado exige maior participação, qualificação e remuneração compatível dos Auditores e AF's que compõem o Grupo TAF no Espírito Santo. Mais do que nunca o trabalho do Grupo TAF será fundamental na sustentação das finanças do Estado e na busca incessante de um eficaz combate a sonegação.

Agora é a nossa hora!

Ascensão

Desde 2004, quando houve a Ascensão de apenas 50 Auditores Fiscais, após concurso público, a categoria espera ansiosa por uma nova Ascensão Funcional, fato que já virou uma novela. Para muitos, a longa espera ultrapassa 20 anos, mas agora, com o novo concurso público para 60 vagas, resta saber: Teremos a tão prometida Ascensão?

Reajuste

Em contrapartida ao ótimo crescimento da arrecadação e aos dados do IBGE que apontam o Espírito Santo na cabeça dos estados brasileiros com maior renda "per capita", o Fisco capixaba continua com uma remuneração que não é compatível com o excelente trabalho prestado e com os resultados que engordam cada dia mais os cofres



Fisco comemora Natal Solidário!

Categoria se reúne na sede do Sindifiscal para uma agradável confraternização, e para um ato de solidariedade. Foram mais de 200 quilos de alimentos não-perecíveis doados pelos colegas. **O nosso muito obrigado!**



Sindifiscal: 18 anos de história

O Sindifiscal completou, em novembro de 2008, 18 anos de fundação. Para lembrar esta data, conversamos com o Auditor Paulo Rangel, um dos responsáveis pela transformação da antiga Associação do Fisco para Sindicato, que representa, hoje, quase 100% da categoria capixaba. Uma união duradoura e vitoriosa!

Página 13.

Fisco em Ação	Página 3
Notícias da Fenafisco	Páginas 4 e 5
Confraternização de Natal	Página 12
Memórias do Fisco	Página 14
Condições de Trabalho	Página 16

Confira!

Nesta edição, em anexo, o calendário e o novo Estatuto do Sindifiscal!

O ano de 2008 termina de forma surpreendente e negativa para nós, Auditores Fiscais, AF's, ou simplesmente cidadãos.

Inicialmente durante uma negociação salarial, onde buscávamos a justiça do equilíbrio entre a receita do Estado e a nossa desejada remuneração, inclusive em relação a todas as outras unidades da federação, fomos atropelados por uma crise financeira mundial. Mesmo depois de várias tentativas, nada mais conseguimos ou ouvimos de nossos interlocutores da Sefaz e da Seger. Mas não parou por aí.

Dentro da discussão da "Reforma Tributária" proposta pelo Governo Federal, foi imposto ao nosso Estado o fim do Fundap. Empresas, municípios e o Estado, como um todo, com enormes prejuízos financeiros. Depois de muitas idas e vindas parece que foi costurado um acordo que mantém a sobrevivência do Fundo Portuário por mais alguns anos.

A discussão então nos leva a realização do concurso público para a contratação de sessenta Auditores Fiscais. Justo e extremamente necessário. O susto na publicação do edital, com o nível de exigência em todas as matérias. A fala é: "Queremos os melhores". Ótimo. Mas não vamos ter os melhores pagando o pior. A exemplo de 2005, mais um desmanche está a caminho.

Lá, dos cinquenta, trinta e sete foram embora. E agora? Será que não aprendemos ou realmente o "melhor" não nos interessa? Resta a esperança do envolvimento daqueles que realmente se interessam pela mão-de-obra qualificada na Sefaz para somar conosco na busca do binômio salário justo X competência.

E para finalizar o lamentável naufrágio em nosso Tribunal de Justiça. Para nós, servidores públicos, que não temos os Tribunais Regionais do Trabalho, o Ministério do Trabalho ou outros órgãos de conciliação, assistir aos fatos que assistimos é extremamente preocupante. Um órgão do poder público que deveria primar pela ética, pela autonomia e pela independência, e ter como primeiro instrumento a Lei...! Afinal é lá que são decididas todas as nossas pendências de qualquer natureza, como última instância. A dura conclusão é que parcela do poder público não está sendo dominada pelo crime organizado. Está sim, indo de encontro a ele de braços abertos e de maneira absolutamente receptiva. Vamos continuar acreditando que o erro está em alguns missionários, e nunca na missão.

Enquanto isso, nós vamos ser sempre otimistas, acreditando que nossa união é nossa força para passar por todas as barreiras e encontrarmos os nossos caminhos, a dignidade em nosso dia-a-dia e a segurança remuneratória que nos propicia essa confiança e otimismo.

Mensagem de Natal do Presidente

O presente mais valioso em nossas vidas foi a amizade que cultivamos e o tempo amadureceu. Brindemos para que essa amizade seja para sempre. Que Deus, em sua infinita bondade, abençoe e encha nossos corações de Paz, Amor e Esperança na noite de Natal, e que o Ano Novo seja repleto de conquistas e realizações!

Júlio César Camilo Muniz



SINDI FISCAL - ES
Sindicato de Pessoal do Grupo TAF no ES

Rua General Osório, 83 - salas 407 a 410
Centro - Vitória-ES - Cep 29028-900
tel: (27) 3200-2585
e-mail: fisco@sindifiscal-es.org.br
<http://www.sindifiscal-es.org.br>
CNPJ: 27239441/0001-05

Diretor Presidente
Júlio César Camilo Muniz
Vice-Presidente - Délio Cassiano Borges Castelo

Subsede
Cachoeiro - Praça Jerônimo
Monteiro, 21 - sala 101 - Centro
Tel: (28) 3521-7630 / 7629
e-mail: sindifiscal-cachu@veloxmail.com.br

Jornalista
Adriana Nobre
Reg. Mtb. 01718 JP-ES

Colaboradora
Paula Souza

Editoração Eletrônica
Adriana Nobre
Paula Souza

Impressão
Grafitusa - 3434-2200

"O conteúdo das matérias publicadas neste informativo são de inteira responsabilidade da diretoria do Sindifiscal e artigos assinados, responsabilidade de seus autores."



Campanha Salarial 2008/2009

Proposta:

- Elevação do Piso Salarial;
- Teto Único vinculado ao Subsídio do Desembargador (Carreira de Estado);
- Adequação da Tabela de Subsídio para todos os servidores da área TAF.

Fundamentos:

- Garantia de Isonomia;
- Segurança na Remuneração;
- Redução do Fosso Remuneratório.

A garantia de isonomia e a segurança para as funções de Estado precisam ser consolidadas na Constituição do Estado através da fixação de um teto único para que não haja discriminação entre as diversas carreiras de servidores públicos.

O governador Paulo Hartung, insensível às reivindicações, simplesmente ignora e sequer recebe qualquer sindicalista para discutir o assunto. Hoje o salário inicial do Espírito Santo é o segundo pior do Brasil, apesar do Estado figurar, no âmbito nacional, entre os campeões em crescimento na arrecadação do ICMS nos últimos cinco anos. Situação difícil passam também os auditores em final de carreira, comissionados e aposentados, que sofrem constantes estornos salariais, uma vez que o subteto que está sendo utilizado é o do governador.

É bom lembrar que para ser Auditor Fiscal tem que passar em concurso público, e para ser Governador é preciso ter voto.

A vinculação da remuneração de um servidor de carreira com a de um cargo de Estado é um flagrante desrespeito à legalidade e fere a Constituição brasileira.

A Secretária da Fazenda, Cristiane Mendonça, prometeu compatibilizar a questão do salário inicial com o concurso para auditores, de acordo com entrevista ao jornal Ação Fiscal em 21 de maio. O edital do concurso foi publicado dia 6 de novembro e o salário inicial divulgado continua o mesmo, ou seja, nada mudou. Em relação ao Teto Único, reconheceu o problema do estorno e ficou de

conversar com o Governador. Até hoje nenhuma resposta para o Fisco.

A SEGER, com reunião agendada para outubro com o Sindifiscal, continua adiando.

Até quando esperar ?

A Secretária de Fazenda Cristiane Mendonça, o Subsecretário de Receita Bruno Pessanha Negris e o Secretário de Gestão e Recursos Humanos, Ricardo de Oliveira receberam a reivindicação da categoria, aprovada na Assembléia Geral de 19 de março.

A proposta encaminhada foi discutida em todas as regionais, consolidada em Assembléia Geral, conhecida por toda a Administração, divulgada no Jornal Ação Fiscal e até hoje **“NENHUMA RESPOSTA”**.

Não podemos permanecer na vontade ou no interesse dos governos, que eventualmente, por variados motivos, deixam faltar recursos necessários para o pleno exercício da função. É notória a falta de condições de trabalho, exaustivamente denunciadas no Ação Fiscal, a falta de treinamento e a defasagem salarial. Não dá mais para esperar, precisamos lutar para ter autonomia administrativa, financeira e funcional. Nossa atividade precisa estar consolidada em bases constitucionais.

O comando do inciso XXII, da Constituição Federal, artigo 37 determina que a Administração Tributária é atividade essencial ao Estado e que deve ser exercida por carreira especial, com recursos prioritários para a realização de suas atividades.

A Emenda Constitucional nº 47/2005 (PEC Paralela da Previdência) introduziu o § 12º no qual autoriza os Estados fixarem por meio de emendas, nas suas respectivas Constituições Estaduais, como limite único o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

O movimento é: Estado de Alerta, Fisco em ação!

Encontro Nacional de Aposentados



De 26 a 28 de novembro, aposentados e pensionistas do Fisco Estadual de todo o Brasil estiveram reunidos em Salvador-BA, no Bahia Othon Palace, para o **IV Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas – ENAFE**. O Sindifiscal foi representado pelo Vice-Presidente Délio Castello, pelos colegas aposentados Orlando Fernandes Pereira, Eliezer Inocêncio de Moraes e pela pensionista Malvina Francisca de Souza.

A noite de abertura foi marcada pela recepção, tipicamente baiana, com direito a show percussivo e baianas trajadas a caráter. Outro destaque foi a interpretação do Hino Nacional feita pela Orquestra de Berimbau do Projeto Mandiga. Em seguida, ao abrir oficialmente o evento, Rogério Macanhão elogiou a equipe organizadora e ressaltou a parceria entre a Fenafisco e o Sindisefaz. “Esse, sem dúvida, é o maior encontro do gênero da história da Fenafisco”, destacou. Macanhão também levantou a bandeira pelos direitos dos inativos. “Queremos uma previdência pública, jamais entregue nas mãos da iniciativa privada. Por isso estamos atuando firmes no Congresso Nacional, onde temos obtido grandes aliados, que não têm medo de lutar pelo servidor público. Defendemos a paridade e a integralidade”, declarou. Além de Macanhão, participaram da cerimônia de abertura a Diretora de Aposentados e Pensionistas da Fenafisco Maria Cristina Lima de Souza, o Deputado Federal Arnaldo Farias de Sá, o ex-deputado Sérgio Miranda, o Secretário de Fazenda do Estado da Bahia, Carlos Martins, o diretor do Sindisefaz-BA, Jorge Claudemiro da Silva e o Diretor de Aposentados e Pensionistas do Sindisefaz-BA, Walmir Cruz. Maria Cristina, idealizadora do encontro, conclamou os aposentados e pensionistas do Fisco a abraçarem a luta pela viabilidade da PEC 555. “Peço que todos se comprometam com a causa de acabar com a taxação dos inativos e se faça cumprir a Constituição brasileira, obedecendo a paridade”, incentivou ela.

Já o Deputado Federal Arnaldo Farias de Sá falou do perigo que ronda a vida dos servidores. “Os aposentados e pensionistas foram aqueles que deram a vida ao Fisco Estadual, que hoje, sem dúvida, corre perigo de morte em razão da proposta de Reforma Tributária em tramitação no Congresso Nacional”, lamentou o parlamentar. “O projeto atual visa, entre outros males, acabar com o Fisco. Por isso, é relevante que todos nós estejamos atentos. Esse evento é de suma importância para fortalecer a nossa luta”, acrescentou.

Os mais de 400 participantes do

encontro, entre representantes de sindicatos de 26 estados do Brasil, ouviram com atenção a defesa contundente aos inativos do Fisco e servidores públicos em geral proferida pelo primeiro palestrante da programação, o ex-deputado federal Sérgio Miranda. Entre outras constatações, ele assinalou a falência do neoliberalismo econômico e a necessidade de se rever o papel do Estado como gestor de políticas públicas.

Na manhã do segundo dia de trabalho a igualdade de reajustes entre aposentados e ativos do serviço público voltou a ser o centro das discussões. O destaque foi a palestra “A Paridade e os seus aspectos legais”, proferida pela Dra. Assunta Di Dea Bergamasco, presidente da Associação Nacional dos

é ainda mais dramática. Em caso de morte do servidor, a viúva passa agora a receber com isenção somente até o teto de R\$ 3.038,00. A partir desse valor, ela receberá 70% do total e ainda será descontado 11% de contribuição. “Agora só nos resta torcer pela vida longa de nossos entes queridos. Hoje, além da pensionista sofrer com o falecimento do marido, ainda verá desaparecer uma fatia significativa da pensão a que tem direito.” Bergamasco destacou o trabalho que vem sendo desenvolvido no Congresso Nacional por deputados como Arnaldo Farias de Sá e Paulo Paim, em parceria com entidades de classe, entre elas a Anfip e a Fenafisco, em defesa dos direitos dos aposentados do serviço público. “É uma luta árdua”, definiu ela.

Um dos momentos mais animados do encontro, foi a palestra do médico Antero Coelho que descontraiu a platéia com dicas sérias, porém passadas com muito bom humor, sobre como se ter “Vida Longa com Qualidade”. Especialista no assunto e autor de livros da temática abordada, Dr. Antero deu a receita para aqueles que almejam a longevidade, preservando a disposição e a alegria de viver. Entre as orientações, ele destacou o estilo de vida como fator crucial para a boa saúde e, conseqüentemente, a melhor qualidade de vida. “Estudos comprovam que 70% das doenças são eliminadas quando adotamos práticas saudáveis”, informou o médico.

Entre os hábitos do bem-viver, Antero Coelho listou uma série de atitudes fundamentais. No topo da receita, está a alimentação saudável. Em seguida, ingerir muita água ou sucos naturais e, claro, praticar esportes. Mas a lista inclui ainda ações de caráter emocional, como realizar atividades de lazer e buscar sempre a auto-estima. No outro extremo, estão os hábitos que as pessoas devem eliminar do dia-a-dia. Nesse universo, estão ainda, evitar excesso de alimentos gordurosos, açúcar, sal e consumo de medicamentos desnecessários, além, de álcool em excesso, psicotrópicos e cigarros. Mas, segundo ele, o peso-pesado da lista de agentes prejudiciais à boa qualidade de vida é o estresse. “Esse é o elemento que mais diminui o tempo vida das pessoas, 32 anos. O câncer, por exemplo, reduz em 20 anos”, alertou o especialista.

Os colegas do Sindifiscal que participaram do evento voltaram satisfeitos com o resultado do encontro e animados para a Plenafisco que será realizada em Belo Horizonte em julho de 2009. A delegação do Espírito Santo aproveitou para presentear o Presidente Rogério Macanhão, o Vice-Presidente Manoel Isidro e a Diretora de Aposentados Maria Cristina com a camisa da Campanha de Valorização do Fisco do Espírito Santo.

“Queremos uma previdência pública, jamais entregue nas mãos da iniciativa privada”

Rogério Macanhão

Aposentados Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

De forma expositiva e didática, a palestrante esclareceu a situação dos aposentados e pensionistas diante da atual legislação previdenciária, tomando como base as recentes reformas ocorridas no país. “As reformas foram cruéis com os servidores públicos, porque acabaram com a paridade e a integralidade, os dois principais atrativos para aqueles que almejavam ingressar no funcionalismo”, lamentou Assunta.

A presidente da Anfip destacou as três Emendas Constitucionais que modificaram os rumos da história da aposentadoria no Brasil: As EC 20/98, EC 41/03, e EC 47/05 trouxeram profundas alterações no regime previdenciário dos servidores públicos, mas com a EC 41/03, houve o resgate, ao menos, da paridade e da integralidade àqueles que ingressaram no funcionalismo até a implantação da EC 20/98, segundo Assunta. Ela não poupou críticas à atual política previdenciária do governo federal. “Com a contribuição dos servidores inativos e pensionistas, o governo economiza cerca de R\$ 1,5 bilhão, valor bem inferior se comparado à renúncia fiscal concedida a entidades filantrópicas e por meio do Super Simples, entre outras. Com isso, quem acaba penalizado são os nossos aposentados e pensionistas”, salientou.

A situação dos pensionistas, segundo ela,

Relator da PEC da Reforma Tributária, Sandro Mabel, emite parecer que fará o Espírito Santo perder 25% da Receita

A Reforma Tributária tem sido um assunto muito constante na agenda política e na mídia brasileira nos últimos meses. É fato que o sistema tributário brasileiro necessita de modificações substanciais, porém a proposta apresentada pelo Governo e cujo parecer do relator, Sandro Mabel, lido e votado em 20 de novembro, ainda está longe do consenso a que uma mudança desse porte necessita para ser implantada. Mas a agenda legislativa se mantém em 2009.

Impacto da Reforma Tributária no Espírito Santo

Para o Espírito Santo a Reforma poderá gerar uma perda de 25% da receita do Estado, o que corresponde a aproximadamente R\$ 1,4 bilhão por ano. Um dos principais pontos é a mudança da cobrança do ICMS, que hoje é feita na origem, para o destino das mercadorias. O Estado é um grande fornecedor de gás natural para o Brasil, poderá sofrer uma perda estimada de R\$ 600 milhões só com o ICMS sobre o gás natural exportado para outros estados. Por isso defende a manutenção da tributação interestadual sobre a importação.

A movimentação capixaba em Brasília só começou uma semana antes da aprovação final do parecer (20), quando constataram a extinção do Fundap (incentivo financeiro com base no ICMS sobre as importações). O Governador Paulo Hartung declara em 18 de novembro “Somente agora foi possível conhecer, com detalhes, alguns pontos da Reforma Tributária que não estavam claros”, foi a primeira vez que o Governador conversou com a equipe econômica. Com a articulação conseguiram mais um tempo de vida para o Fundap.

Relatório Prevê Lei Orgânica do Fisco na Constituição Federal

O relator da Reforma Tributária acatou em seu parecer uma proposta de emenda à Constituição Federal que prevê a edição da Lei Orgânica das Administrações Tributárias sob a forma de Lei Complementar. Essa lei se refere ao Fisco em âmbito Federal, Estadual e Municipal.

No caso das leis específicas – como LOF (Lei Orgânica do Fisco) de âmbito federal -, o entendimento é que, caso o

relatório seja aprovado, a lei que definirá prerrogativas, atribuições e garantias dos auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil poderá ter caráter tanto de Lei Ordinária como Lei Complementar, já que a Constituição Federal dará abertura para essas duas opções. Porém, qualquer que seja a modalidade da lei federal, as normas gerais que regerão o Fisco estarão estabelecidas em Lei Complementar.

A possibilidade de inclusão da Lei Orgânica na Constituição Federal consagra uma luta deflagrada em 2005, que as entidades nacionais do fisco brasileiro insistentemente buscaram introduzir a discussão do assunto na pauta do Executivo e do Legislativo. Com a previsibilidade da LOF como Lei Complementar, ela ganhará mais solidez jurídica.

Todo esse esforço se justifica no fato de que a LOF é um pleito fundamental para reforçar a autonomia funcional do Auditor-Fiscal e sua independência para exercer plenamente suas atribuições, além de reconhecer o ocupante do cargo como autoridade administrativa, tributária e fiscal.

É preciso enaltecer o trabalho realizado pela Fenafisco – Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, no que concerne a inclusão no relatório da Pec 233/08, apresentado pelo Relator Sandro Mabel, incluindo o § 13º, ao art. 37 da Constituição Federal.

Esta inclusão é de suma importância para os Fiscos dos Estados, pois através da Lei Complementar, as Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, poderão incluir deveres, garantias e prerrogativas a seus servidores, titulares de carreiras específicas mencionadas no inciso XXII, do art. 37 da CF. (...)

As propostas do Relator Sandro Mabel para Reforma Tributária

- Criação do Imposto sobre Valor Agregado Federal (IVA-F) com extinção do PIS, Cofins, e contribuição para salário-educação;
- Incorporação da Contribuição Social Sobre o Lucro (CSSL) ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Unificação das 27 leis sobre o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) numa única legislação;
- Direito de crédito do uso e consumo do IVA-F;
- Desoneração de alimentos, produtos de higiene, limpeza e de consumo popular com excedente de arrecadação;
- Crédito imediato do IVA dos bens do ativo permanente;
- Crédito imediato do ICMS dos bens do ativo permanente após 8 anos da reforma;
- Redução do INSS sobre a folha de um ponto percentual por ano, durante seis anos, diminuindo-o de 20% para 14%;
- Mecanismos de trava da carga tributária (ICMS, IPI, IVA-F e IR);
- Transferência automática para terceiros de créditos do ICMS, IVA-F e IPI, para contribuintes que usam nota fiscal eletrônica;
- Código do Contribuinte;
- Fim da Guerra Fiscal;
- Segurança jurídica dos benefícios do ICMS;
- Definição mais adequada dos serviços tributados pelo IVA-F;
- Não-incidência do IVA-F sobre movimentação financeira;
- Previsão de que o IVA-F poderá ser cobrado “por fora”.

PAINEL JURÍDICO

PRINCIPAIS DEMANDAS JURÍDICAS EM ANDAMENTO

1) AÇÃO DO DESCONTO PREVIDENCIÁRIO PROCESSO nº 024020102380

O processo em que o SINDIFISCAL, em nome de todos os seus filiados aposentados, requer a devolução dos valores injustamente descontados a título de contribuição em favor do IPAJM, no período de 1998 a 2003, se encontra em fase adiantada de execução, pois todas as partes já se manifestaram e o processo se encontra com o Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual, a fim de proferir sentença acerca dos cálculos apresentados pelo sindicato, os quais foram questionados pelo Estado do Espírito Santo. Somente depois disso é que deverá ser adotado o procedimento para pagamento do valor devido a cada um dos servidores.

2) AÇÕES DE TRIMESTRALIDADE COM PRECATÓRIOS JÁ FORMADOS

As defesas nas ações propostas pelo Estado do Espírito Santo, com o propósito de desconstituir os acórdãos do Tribunal de Justiça que deram origem aos precatórios judiciais referentes às perdas inflacionárias do Governo Max Mauro (“trimestralidade”), já foram apresentadas em favor de todos aqueles que encaminharam procuração.

O Departamento Jurídico continua à disposição, pois alguns associados ainda não foram citados para apresentarem suas defesas. Para tanto, após receberem o termo de citação encaminhado pelo Tribunal de Justiça, devem procurar imediatamente o sindicato.

3) AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PROCESSO Nº 100.080.030.297

O SINDIFISCAL ajuizou no dia 30/10/2008, perante o Tribunal de Justiça, ação coletiva onde requer em prol de seus filiados da ativa, o pagamento do auxílio-alimentação, que vem sendo negado pelo Estado sob o argumento de que não é devido àqueles que percebem por subsídio (em parcela única).

Mas é certo que consiste em verba de caráter indenizatório, compatível, portanto, com a percepção de remuneração por subsídio.

O processo foi distribuído ao Desembargador Carlos Roberto Mignone, e se encontra aguardando as informações a serem prestadas pelo Secretário de Gestão e Recursos Humanos, por ser esta a autoridade estadual apontada como responsável pela negativa do direito.

4) TETO REMUNERATÓRIO PROCESSO Nº 100.040.001.933

O processo que se encontra em grau de recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, obteve decisão desfavorável à categoria, pois no entender daquele tribunal não está havendo redução nos vencimentos/proventos, e, assim, não ocorreu violação ao princípio da irredutibilidade.

Tal posicionamento é inaceitável, já que alguns de nossos filiados têm sentido no bolso o abate-teto promovido pelo Estado, com limitação de sua remuneração bruta ao que ganha o Governador do Estado, que há anos não aumenta o valor de seu subsídio mensal.

Diante disso, o SINDIFISCAL ingressou com recurso extraordinário, na esperança de que o Supremo Tribunal Federal que já se posicionou sobre o assunto de forma favorável, pois assegurou a irredutibilidade de proventos para aqueles que incorporaram as parcelas antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003 - reveja os posicionamentos anteriores.

5) NAC'S

As denúncias feitas pelo SINDIFISCAL em relação à atuação dos NAC'S estão surtindo efeito.

Recentemente o Ministério Público Estadual encaminhou expediente solicitando informação de quais municípios continuam descumprindo os termos dos convênios que instituíram os NAC'S.

Contando com o trabalho de valorosos filiados, obtivemos informações de que os Municípios de Montanha e Nova Venécia ainda estão em desacordo com as cláusulas contidas nos termos do convênio, usurpando assim competências reservadas aos servidores do fisco estadual, o que já foi informado ao Promotor que acompanha o caso.

6) DESCONTO DE VALORES PAGOS AO SERVIDOR POR ERRO ADMINISTRATIVO

Sabe-se que o servidor do fisco, quando afastado do cargo para concorrer a mandato eletivo, não tem direito à percepção de sua remuneração mensal. Embora discriminatória a lei eleitoral neste particular, assim tem sido adotado pela Administração Pública.

Porém, em um caso especial, em que um de nossos filiados se afastou para concorrer a pleito municipal, continuou a receber normalmente sua remuneração. Após detectado o erro administrativo, o Estado passou a efetuar descontos em sua remuneração mensal.

Inconformado, o servidor procurou o Departamento Jurídico do sindicato que ingressou com ação em seu favor, a qual foi julgada inteiramente procedente pelo Tribunal de Justiça, que entendeu que diante de erro administrativo, para o qual não tenha concorrido o servidor, que assim agiu de boa fé, não cabe o ressarcimento de valores, devendo o Estado arcar com o erro que praticou.

7) SERVIDOR DO FISCO TEM DIREITO DE INCLUIR TODO TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PARA FINS DE ENQUADRAMENTO NA TABELA DE SUBSÍDIOS

Na última edição do "Ação Fiscal", noticiamos que a Justiça de Primeiro Grau (1ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória), havia dado ganho de causa a um servidor do fisco, a fim de computar todo o seu tempo de serviço público estadual para enquadramento na tabela de subsídios, e não apenas aquele na condição de servidor do Grupo TAF.

É certo que a decisão ainda necessita ser confirmada pelo Tribunal de Justiça, mas já representa uma grande conquista, pois a decisão foi muito bem fundamentada, no sentido de que a desconsideração do tempo anterior, prestado em outro cargo estadual, viola direito já adquirido e o princípio da isonomia, pois despreza tempo já computado em favor do servidor, e, por outro lado, acaba conferindo tratamento igual a servidores em situação desigual.

Em sua sentença o Excelentíssimo Juiz faz uma alusão esclarecedora, diz ele: "Compare-se, por exemplo, duas hipóteses: dos servidores que contam com 02 anos de efetivo serviço junto ao Grupo TAF. O primeiro deles, além desse tempo, conta com 10 de serviço prestado ao Estado do Espírito Santo, embora em cargo não vinculado ao TAF; o segundo deles conta apenas e tão-somente com tempo de serviço de 02 anos, no âmbito do TAF", e a partir daí conclui então: "Embora o primeiro conte em seu favor adicionais remuneratórios vinculados ao tempo de serviço anteriormente prestado ao Estado, fora do Grupo TAF, por força do disposto no art. 165, da LC 46/94, e o segundo somente tenha o tempo prestado no âmbito do TAF em relação a ambos somente será computado o tempo prestado nesse âmbito, ou seja, será considerado para ambos apenas 02 anos de tempo de serviço, para fins de enquadrá-los na tabela de subsídios, equiparando a remuneração de ambos, a despeito da desigualdade que haveria de ser levada em conta."

Ingressaremos com ações idênticas para nossos filiados, apenas aguardamos se o posicionamento de primeira instância irá se confirmar.

O FISCO OFERECE CONTEÚDO PRÁTICO AO DISCURSO

Veja o Catálogo de cursos da Escola de Serviço Público do Espírito Santo,

Durante as comemorações ao Dia do Servidor Público, ocorridas na semana de 24 de outubro de 2008, no Centro de Convenções de Vitória, o Governador Paulo Hartung declarou: “O servidor público tem que ser altamente qualificado, pois é financiado pelo povo, atender bem e trabalhar bem.”

O discurso do senhor governador é tecnicamente afinado com a prática da boa oratória, que ele domina com maestria, embora seja de cunho absolutamente teórico, filosófico quase, mas que ao final nos remete à indagação:

Quando a Secretaria de Estado da Fazenda treinou os auditores fiscais com matérias específicas para sua carreira?

O último treinamento ocorreu em fevereiro de 2006, e assim mesmo restrito aos auditores aprovados no último concurso (cerca de 50, sendo que desses, 37 abandonaram o Estado por falta de estímulo, e baixos salários).

Foram nove dias de treinamento, com carga horária e conteúdos extremamente reduzidos e simplórios; e os outros auditores, quando foram treinados?

Aqueles que entraram em 1984 e 1988, desde a primeira gestão do Governador Paulo Hartung não são treinados.

Há ainda o decreto governamental com a decisão do governo de só treinar os gestores na Escola de Serviço Público do Espírito Santo – ESESP. Lançado como foi, atropelou e sufocou o treinamento continuado dos servidores, não só fazendários. O último catálogo de cursos 2009-2010 editado pela ESESP revela isso: “capacitação somente para gestores”.

E o fiscal que trabalha na linha de frente necessita da formação continuada, exaustivamente. O decreto, da maneira como foi editado estrangulou tal processo, ao situá-lo no âmbito de cada órgão, pela via da contratação de seus cursos no mercado aberto. Isso tornou praticamente impossível a atualização dos servidores fazendários em matérias cruciais ao seu desenvolvimento funcional, nas áreas estratégicas do mercado, a exemplo da energia elétrica, da telefonia, da cadeia de combustíveis e gás natural, da substituição tributária, da recém-criada nota fiscal eletrônica, do Super Simples, do ECF e da moderna tecnologia da informação. Os especialistas estão nos quadros fazendários de todo o país e não no mercado aberto.

Ressalte-se que estamos analisando a formação continuada de uma categoria com Atividade de Estado, responsável pela Tributação,

Arrecadação e Fiscalização dos tributos essenciais para a manutenção sustentável da recuperação do Espírito Santo e participe da consagração do nome e da reputação de nosso governador como “destaque em gestão”.

A FENAFISCO – FEDERAÇÃO NACIONAL DO FISCO e o SINDIFISCAL – ES oferece o perfil atual e o perfil proposto para a Administração Tributária e o papel do novo Auditor Fiscal da Receita Estadual, dando um enfoque especial para as administrações nos estados, em especial do Espírito Santo.

A partir de dados compilados das realidades sentidas nas unidades federadas nacionais, somos impelidos a unir esforços na busca de uma melhor qualificação para a nossa categoria, que a capacite a responder de modo eficiente e eficaz aos desafios que lhe são impostos pela celeridade dos contextos atuais, via treinamentos de grade curricular adequada.

Desses dados, extraímos dois perfis que devem ser analisados com profunda reflexão: o "hoje" e o "amanhã".

HOJE	AMANHÃ
Falta de continuidade de formação técnica	Investimento em capacitação técnica continuada é estratégico
Não tem o perfil dos funcionários	Banco de dados do perfil dos funcionários
Falta democracia na tomada de decisões da administração tributária perante o corpo técnico	Aumentar os canais de democratização das decisões com o corpo técnico.
Falta de Planejamento das ações tributárias	Planejamento das ações tributárias
Falta critério para a ocupação dos cargos gerenciais e de assessoramento	Critério Técnico para ocupação de cargos gerenciais e de assessoramento
Ausência de investimento nas áreas afins	Investimento nas áreas afins.
Fomento a divisão do Grupo TAF	União do Grupo TAF
Falta de Planejamento dos Recursos Humanos	Planejamento dos Recursos Humanos
Falta de Comunicação	Comunicação
Utilização Política da Administração Tributária	Independência
Falta de Ética dos profissionais que estão em cargos gerenciais, comissionados	Ética dos colegas em cargos comissionados
Não ser um Auditor com autonomia, depender de ordem da administração	Autonomia
Falta de Atribuições bem definidas para todos os cargos	Atribuições bem definidas para todos os cargos
Cobrança do Trabalho	Prestação de Contas
Falta de visão do Sindicato como parceiro	Parceria com o Sindicato

“TEÓRICO” DO EXMO GOVERNADOR PAULO HARTUNG

material luxuoso distribuído em todas as Secretarias do Estado.

O foco no futuro nos traz a certeza de que o Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, não terá como se furtar a investir maciçamente no seu maior patrimônio, os servidores públicos, que acumularam experiência ao longo dos anos.

Também é certo valorizar a contribuição de uma categoria que sempre atendeu ao chamado do Estado, na busca pela solidez financeira pública.

Ressaltamos que o ES ocupa hoje o sétimo lugar no ranking da arrecadação estadual, tendo ultrapassado recentemente, nesse mister, o Estado de Santa Catarina.

O reconhecimento da importância do Grupo TAF, no esforço de reestruturação do Estado e na consagração do trinômio, Tributação, Arrecadação e Fiscalização, realmente afinado com os reclamos sociais, e construtor de bases sustentáveis para as gerações futuras, se traduz em:

1. **Qualificação técnica e tecnológica avançadas;**
2. **Condições estruturais e de trabalho dignas;**
3. **Melhor remuneração compatível com as exigências e responsabilidades da função de auditoria fiscal, e;**
4. **Conseqüente participação na tomada de decisões do corpo técnico.**

Desvalorizado, mal treinado e mal remunerado, de que modo poderia o fisco estar apto às demandas como recuperação de créditos, por exemplo. Lembramos que, há tempos, não se realizam treinamentos específicos, estratégicos em seu conteúdo, nas áreas de energia, comunicação, petróleo, dentre outras. Ressaltamos que as áreas apontadas são fundamentais para a receita estadual não estando livres, no entanto, da ação nefasta da sonegação e de outras mazelas tributárias.

O SINDIFISCAL sempre ponderou essa situação e lutou para modificá-la.

Hoje, a prioridade é a luta por uma melhor qualificação do fisco estadual. Não há como continuar aceitando cursos rápidos, díspares com grandeza da missão que se impõe ao grupo TAF. Não há como continuar avalizando uma grade curricular absolutamente alienada às necessidades laborais do fisco.

Embora concordando que o corpo gerencial deve ser preparado com as modernas práticas de gestão, entendemos que só isso não basta. O treinamento deve contemplar a todos, partícipes que somos, do mesmo esforço comum.

É desgastante e desmotivador recebermos ofertas de cursos de gestão em nossas caixas de e-mail, como se fossemos, todos nós, contemplados com tal treinamento.

Precisamos na SEFAZ, de uma política de capacitação que nos promova e incentive, no conjunto, à inserção no planejamento estadual, até mesmo por uma questão de coerência e sustentação ao modelo proposto.

Obtivemos uma vitória com a criação, através da Lei 8.360, de 29 de junho de 2006, regulamentada pelo Decreto 1746-R, de 09 de novembro de 2006, do Fundo de Modernização e Desenvolvimento Fazendário - FUNSEFAZ, a exemplo de outros Estados como o da Bahia, que criou o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Auditores Fiscais e Agentes de Tributos Estaduais da Secretaria da Fazenda – PROCAD, através da Portaria A 004, de 06 de janeiro de 2003. No entanto, lá, ao contrário do que acontece aqui, já se observa o funcionamento pleno, inclusive com estabelecimento de uma quantidade mínima de horas de capacitação para os Auditores. Ressaltamos que o PROCAD é referência de sucesso para o Brasil.

Como continuação da ação de criação do FUNSEFAZ, o Estado necessita urgentemente implantar a sua Escola Fazendária, a exemplo de outras unidades da federação: Piauí, Paraíba, Mato Grosso, Amazonas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais, Tocantins (com uma excelente escola e apta, inclusive, a cursos de Pós-graduação), São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, além de outros. Essa estrutura, a ser inserida no organograma, deve contar com uma certa autonomia, de modo a zelar para que o processo de capacitação continuada não seja interrompido, pelo excesso de burocracia.

Precisamos resgatar e fazer atuar e prosperar o banco de instrutores da SEFAZ. Registre-se que, na primeira gestão do ex-Secretário da Fazenda, Dr. Jose Teófilo de Oliveira, em 1989, mesmo com poucos recursos em caixa, foi efetuada uma tentativa nesse sentido, com a capacitação de um grupo de instrutores para o fisco estadual, no período de seis meses, por especialistas da UFES, do Departamento de Pedagogia, e outros profissionais, e em diversas áreas.

Apesar do esforço, concluído o projeto, com a capacitação de servidores de todas as gerencias regionais, a maior parte dos instrutores foi absorvida em cargos gerenciais.

Acreditamos que tal situação pode ser, em curtíssimo prazo, revertida.

Com o digno reconhecimento da importância do fisco e com planejamento de ações de treinamento e desenvolvimento funcional idôneas à sua condição e vocação poderemos, avaliar e promover uma reconstrução do próprio corpo fazendário, dando-lhe o perfil descrito no “amanhã”, hoje.

SERVIDOR PÚBLICO CAPACITADO

*O povo quer,
O Brasil precisa, e
É indispensável, vital para a sobrevivência do Estado.*

GETÚLIO RAMOS PIMENTEL
AFRE III

Reajuste Anual da Unimed

O Sindifiscal mais uma vez, em negociação com a Unimed, conseguiu reduzir o índice de reajuste anual solicitado pela empresa.

A proposta da Unimed era de aumentar em 25,60% o valor do Plano Regulamentado, 12,31% o Uniplan e 12,31% Odontológico e Remoção. Segundo dados da empresa a frequência de utilização do Plano Regulamentado nos últimos doze meses aumentou significativamente.

Após uma difícil negociação a proposta do Sindifiscal foi aceita, **o reajuste anual será de 9,95%** para todas as modalidades.

Informamos aos filiados que os boletos com vencimento em dezembro já estarão com os valores reajustados.

Vivo oferece aparelhos em comodato

Os filiados que possuem linha no Plano Empresa Vivo x Sindifiscal e estão em dia com suas contas poderão solicitar a Vivo um aparelho em comodato. Para garantir o benefício o filiado deve entrar em contato com o sindicato até o dia 31/01/2009 e informar o modelo do aparelho desejado.

A relação de aparelhos disponíveis está no site do Sindifiscal (penúltimo banner da direita). Vale lembrar que o filiado beneficiado com o comodato deve cumprir dois anos de fidelidade, ou seja, não pode trocar de operadora e aparelho neste período, exceto em casos de roubo ou defeito do mesmo.

Comunicado: Clube Social de Vila Velha

Devido o aumento constante dos custos com água, energia elétrica, materiais de limpeza e de higiene, manutenção de piscinas, funcionários e outros, a diretoria optou por cobrar, a partir de 01/01/2009 a quantia de R\$ 5,00 reais de todo não-sócio para ingresso no clube.

Lembramos que todo sócio-proprietário continuará tendo direito a 2(dois) convites mensais gratuitos, podendo antecipar todo o ano e assim garantir aquele churrasco com a família e amigos. São até 24 (vinte e quatro) convites gratuitamente, uma vez ao ano.

O nosso compromisso é com você, associado, procurando prestar sempre o melhor serviço e oferecer todo o conforto para você e familiares.

O clube foi construído por todos nós, portanto, façamos dele o lazer de nossas famílias.

OBS: A entrada dos menores de 12 anos continuará sendo gratuita.



Dia do Servidor Público. Vamos comemorar?

Dia 28 de outubro, comemoramos o Dia do Servidor Público. Em tese. O Governo comemora, com eventos e propaganda na mídia. E o Servidor? Está realizado?

O Governo do Estado festejou esse dia com a realização da Semana do Servidor Público, no Centro de Convenções, em Vitória, entre os dias 23 e 26 de outubro, onde promoveu palestras e atrações culturais.

No evento de abertura, o Governador do Estado, Paulo Hartung, fez um caloroso discurso dirigido ao servidor, falando da importância do serviço público de qualidade, visto que é financiado pela população capixaba. É importante destacar que embora financiada pelo cidadão, a arrecadação da receita pública, convertida em benefícios para a sociedade, como segurança, saúde e educação, é realizada pelo Auditor Fiscal do Estado, uma carreira essencial, suporte para o Serviço Público em geral. Não basta apenas o recurso ser financiado pelo cidadão, é necessário o monitoramento dos valores que ingressam nos cofres públicos por uma equipe qualificada, do quadro permanente.

Paulo Hartung ainda acrescentou, durante o discurso, que reconhece que a equipe do Serviço Público Estadual tem que estar bem preparada e amparada. “A igualdade de oportunidades é a grande bandeira do nosso momento. E esse resultado é fruto do trabalho de vocês”, disse. Acrescentou ainda, “O governador vai embora, mas vocês vão ficar e o serviço público precisa dessa equipe forte”.

O Fisco Estadual concorda com o Governador Paulo Hartung quando diz que o momento que o Espírito Santo vive, atualmente, é fruto do trabalho do serviço público em geral. Também concorda quando o Governador revela que o cargo dele é transitório, mas quem fica precisa estar forte, consolidado. Por isso, é incompreensível vincular o Teto Salarial da Carreira Fisco ao Teto do Governador, que como ele diz, é um cargo transitório. A Carreira é do quadro permanente, vinculada ao Estado, e não ao Governo. Para isso é preciso que o Fisco, responsável pela 8ª colocação no ranking de arrecadação nacional, 1º lugar no ranking de arrecadação “per capita”, mas que amarga a penúltima colocação no ranking salarial do Fisco Nacional, tenha uma remuneração compatível com a responsabilidade que o cargo requer. O pleito salarial, bandeira do Sindifiscal, entidade representativa da categoria, precisa ser discutido e negociado com urgência. Propostas já foram encaminhadas e até hoje sem resposta da Administração. Até quando Esperar? 2008 está no fim...

**Editorial publicado no site do Sindifiscal em 28 de outubro*

Asfixia de uma Instituição?

A história registra um concurso para a SEFAZ realizado em 1972, depois outro em 1984 e o último em 2002. Por diversos motivos que não cabe aqui analisar, constata-se em comum entre eles o grande lapso de tempo em que a instituição foi privada de pessoas com novas idéias, novas experiências e novas tecnologias que poderiam contribuir para resultados melhores do que os alcançados até aqui.

Ao analisar apenas os concursos citados, o diferencial de tempo entre os dois primeiros, foi de doze anos enquanto que o espaço de tempo entre os dois últimos teve um aumento de 50%, ou seja, foi de dezoito anos! Isso parece uma tentativa de asfixia de uma organização. Não que tenha sido doloso, mas culposo com certeza foi. Entre uma figura jurídica e outra, o perigo reside na morte.

Ao observarmos outras instituições, em que há a preocupação com a excelência, com a renovação de quadros e reposição daqueles que se aposentam; lembraremos do Itamaraty, das Forças Armadas e da Receita Federal do Brasil dentre tantas. Precisamos que os dirigentes sigam esses bons exemplos que reanimam organizações. Está publicado edital de novo concurso, que merece todo o apoio e deve-se contribuir para que aconteçam outros e outros.

Se realmente existe a vontade de manter a organização em nível de excelência, deve-se buscar no mercado de trabalho pessoas que sejam expoentes, e para isso, é necessário ter competitividade. Parece óbvio, mas não é isso o que está acontecendo! Por incrível que pareça, a Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo está oferecendo ao mercado de trabalho, como atrativo para trabalhar em seus quadros de Auditores Fiscais, a penúltima pior remuneração do país, quanto a salário inicial, dentre todas as Administrações Tributárias, o que é incompatível com a possibilidade de atrair e reter talentos aprovados em concurso.

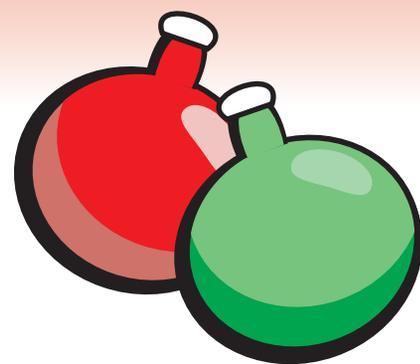
Hoje se fala sobre crise mundial, tentativas de extinção do FUNDAP, necessidade de controlar os royalties de petróleo e novas modalidades de controle informatizado das atividades dos contribuintes (Cadastro Sincronizado, SPED, NF-e, CT-e). É necessário que a Secretaria da Fazenda do Espírito Santo tenha pessoal cada vez mais qualificado e devidamente motivado, para dar respostas aos desafios que se apresentam.

O que faz uma instituição existir e funcionar bem são pessoas capacitadas e para tê-las, é necessário o estímulo de remuneração compatível com o cargo. A nova tabela de subsídios apresentada à SEGER pelo SINDIFISCAL busca mudar o inconveniente penúltimo lugar no ranking nacional de remunerações.

INCOERÊNCIA: O PRIMEIRO É O PENÚLTIMO.

**Texto escrito por Auditores Fiscais
da Administração Central*

Fisco arrecada alimentos em natal solidário



Alegria, descontração e solidariedade marcaram a Confraternização de Natal do Fisco promovida pelo Sindifiscal no dia 06 de dezembro na Sede Social de Vila Velha. Num verdadeiro encontro de famílias e reencontro de velhos amigos, colegas da ativa, aposentados e pensionistas passaram o dia degustando um saboroso churrasco, batendo papo e dançando o típico forró.

Ao chegarem na festa os filiados eram presenteados com uma camisa da Campanha de Valorização do Fisco Capixaba, uma caneta e uma sacola ecológica para carro. Muitos colegas aproveitaram e vestiram a camisa para participar da festa à caráter.

Além de festejar, a Família Fisco realizou sua ação social doando 1kg de alimento não perecível para o Asilo dos Velhos de Vitória, entidade sorteada que foi indicada pelo filiado Armando Ferreira. Ao todo foram arrecadados 243 quilos de alimentos.

A diretoria do Sindifiscal agradece a todos filiados e seus familiares que fizeram da Confraternização de Natal um verdadeiro momento festivo.



Os alimentos foram entregues pela Diretoria ao Sr. João Ângelo Baptista, diretor do Asilo dos Velhos, no dia 10 de dezembro.

Sindifiscal: 18 anos de lutas pela categoria

Em novembro de 2008 o Sindifiscal completou 18 anos de existência. Muitas foram as lutas desta entidade e muitas pessoas deixaram sua marca e aqui fizeram história. Aproveitamos a oportunidade para homenagear um dos fundadores de nossa entidade, o guerreiro Paulo Fernandes Rangel, o nosso “cabeça branca”. Mesmo acometido pela doença que o acompanha, Paulinho mantém sua vivacidade e participação. Em entrevista concedida ao Sindifiscal no dia 4 de dezembro, Paulo Rangel falou sobre esses 18 anos, sobre a categoria, sobre a Fenafisco, o Sindifiscal e sobre sua vida atual.



“É preciso que o Fisco volte a participar da sociedade organizada”

Paulo Rangel

Tributo

Principal responsável pela transformação da Associação do Fisco para Sindifiscal, há 18 anos, Paulo Fernandes Rangel sempre correu atrás do que acreditava e nunca se deixou abalar por alguma derrota. Dentro do Fisco, essa sempre foi sua postura. “Quando você defende alguma coisa tem que acreditar nela. Eu sempre acreditei no tributo”, conta Paulinho. Tanto que, junto ao amigo José Augusto Gava, com quem forma uma espécie de dupla dinâmica, idealizou o projeto de lei “Tributo nas escolas”, que hoje já é uma lei. Segundo ele, as crianças são os futuros empresários, então, educar sobre o tributo, sobre sua importância é fundamental, lembrando ainda que a sociedade precisa se conscientizar de que depende do tributo, pois é ele que se converte em benefícios como saúde, educação e segurança para a população.

Salário

“O Fiscal, para ser respeitado, precisa se impor e estar à altura dos empresários com quem tem que lidar. Por isso precisamos de um salário melhor”, explica. Para Paulinho, o Fisco deve estar no patamar dos melhores do Estado, pois ele representa a arrecadação.

Sindifiscal

Em um balanço desses 18 anos, Paulinho aponta que o Sindifiscal evoluiu bastante, promoveu um bem social enorme, com as novas estruturas das sedes recreativas, com o bom atendimento ao filiado e a condução responsável e madura dos movimentos do fisco. Mas ainda assim, precisa participar da sociedade, estar presente nas grandes discussões e não ficar somente esperando ação de Governo.

“É preciso que as pessoas saibam quando o Presidente do Sindifiscal estiver presente em qualquer lugar. Precisamos impor respeito”. Destacou que é importante que o sindicato procure hoje, estar bem localizado, junto aos maiores, e bem relacionado, mas isso também não é o bastante. “É preciso que o acesso ao governo seja bem feito, e mais importante que isso, é preciso que o Fisco volte a participar da sociedade organizada”. O Fisco, para ele, tem que estar presente e participar de todos os movimentos, junto aos políticos, empresários e junto à sociedade. “Quando você mostra à cúpula que é respeitado por pessoas importantes dentro do Estado e pela população, é nesse momento que eles vão querer sentar e conversar”, complementa. Quando questionado se falta alguma coisa para que o Fisco volte a ser respeitado pelo Governo como nos velhos tempos ele é enfático: “Os tempos áureos não voltam mais. As posições dentro do Fisco continuam as mesmas, e existem muitas pessoas ligadas à Administração, que poderiam contribuir mais na relação Fisco x Governo, ter uma visão mais coletiva, menos individual.



Fenafisco

Paulinho conta também sobre sua época como Conselheiro na Federação Nacional do Fisco. Ele estava presente quando a FAFIT tornou-se Fenafisco, ajudando inclusive a eleger o primeiro presidente. Enaltece a importância da Federação para o Fisco Estadual, e lembra também que a reunião do fechamento do Estatuto da Fenafisco, que ocorreu em Goiás, foi um embate que durou das 9 horas da manhã de um dia até as 10 horas da manhã do outro. “Era engraçado porque ninguém queria levantar dali e acabar perdendo alguma coisa. Ninguém queria ficar por fora de algum artigo ou detalhe do Estatuto”, relembra saudoso.

Vida

Um lar aconchegante e familiar, com muitas flores, carregado de energias positivas é morada há 16 anos, do colega. Paulinho, como bom anfitrião, fez questão de mostrar a casa, toda adaptada para se tornar acessível a ele, que convive há quatro anos com um tipo de doença rara chamada **Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA)**. “Uma doença que não é minha, na verdade ela me acompanha”, esclarece. A moléstia, que degenera os músculos, fez com que ele passasse a depender de uma cadeira de rodas para se locomover. A casa conta com dois elevadores, cujo projeto, inclusive, foi idealizado por Paulinho. Várias rampas espalhadas pelo local tornam possível a locomoção para que ele vá sozinho a qualquer lugar, até para seu cantinho preferido, uma bar onde pode receber os amigos com uma “cachacinha” boa, muita música e várias lembranças da época em desfrutava uma das suas maiores paixões: andar a cavalo. Quem quiser ter a satisfação de conhecer ou reencontrar essa figura que o Fisco capixaba tem a honra de ter em seu seio é só seguir até Fundão. Paulo Rangel estará lá à espera de todos para contar mais sobre a história desses 18 anos de união da categoria.

Eu, Maximino Geraldo de Moraes, nasci aos 17 de Maio de 1935, em Menino Jesus, distrito de Muniz Freire, ES. Sou filho de Joaquim Roberto de Moraes e de Glinda Rodrigues de Moraes.

Primeiras atividades funcionais:

Na Secretaria da Agricultura exerci o cargo de tratorista com implementos agrícolas montados e atrelados, arando e gradeando terras nas propriedades agrícolas de Iúna, ES. No decorrer dessa atividade, munido do contrato pela supracitada Secretaria, fui perseguido em consequência das divergências políticas que havia naquela época, ocasionando a extinção de meu contrato.

Não tendo outra opção de emprego, resolvi engraxar sapatos. Certo dia, meu primo Cantidio Roberto de Moraes convidou-me para viajar com ele para Bom Jesus do Norte. A título de experiência exerci minha primeira atividade fazendária como destoldador no referido Posto Fiscal. Ao mesmo tempo Cantidio foi nomeado para Inspetor Regional com exercício em Colatina. Nesse período surgiu a Revolução Contestada entre as regiões de Barra de São Francisco e Mantena - MG. Devido o contrabando de café pelos mineiros, no Espírito Santo, sendo a região contestada no Estado pertinente à Inspeção Regional de Colatina, Cantidio tomou de imediato providências.

Junto ao Governador Francisco Lacerda de Aguiar, que deu CARTA BRANCA para que ele fizesse o que de melhor fosse para bloquear o contrabando pelos mineiros, que passavam o café e outras mercadorias no extravio conhecido como “Caminho de Rato”; um pseudônimo do lugar chamado Cachoeira do Itaúna, local que os mineiros queriam tomar.

Em consequência a carência de funcionários para ajudar no combate à sonegação, Cantidio criou um cargo denominado Vigilante de Fronteira, que foi decretado e sancionado pelo Governador. Desta forma criaram-se vários Postos Fiscais fronteirísticos com denominações diversas.

Imediatamente foram contratados 31 vigilantes de fronteira para atacar de frente os contrabandistas mineiros. Em decorrência fui localizado no Posto Fiscal Café Ralo que era um comentado posto “barra pesada”. Entretanto, felizmente, houve a extinção definitiva dessas divergências em resultado de um acordo procedido através dos Governadores Chiquinho e Brás Fortes, que fizeram uma demarcação limite por meio de marcos na fronteira interestadual sediada em “Bananal”.

Posto Fiscal

Do Posto Fiscal de Café Ralo fui transferido para o Posto Fiscal de Bananal, conseqüentemente para Alto Rio Novo, com atividade em todos os Postos Fiscais daquele setor.

Em Alto Rio Novo realizei meu enlace matrimonial e, ainda por perseguição política, com 30 dias de casado, fui transferido

três vezes. Mas acerca dos sofrimentos e maus passados naquela região perigosa, enfrentei em Alto Rio Novo, resignadamente, todos os obstáculos ocorridos, tendo a companhia de minha esposa, Elza Ferreira de Moraes, uma mulher nota 10.

Por ocasião das minhas férias, o supervisor dos Postos me solicitara para que eu as adiasse, pois não tinha substituto. Essa novela se repetia por varias vezes, ocasionando 17 férias não gozadas. Nunca usufrui licença para quaisquer fins, computando um total de 37 anos e 10 meses trabalhados, com apenas 18 férias ao todo.

Fui a 20ª pessoa a se associar à Associação do Fisco – AFES, durante a diretoria de João Pinto Lobo, e continuo até hoje no quadro de filiados.

Em resumo, quero manifestar a minha amizade para com meu compadre e primo Eliezer Inocêncio de Moraes, Sebastião Ribeiro Pinel, que como Chefe Regional ajudou-me em minha função em vários setores, inclusive em Divino São Lourenço, Ronaldo José Agueiras, Luiz Eduardo Cassa, José dos Santos Cruz, Ademir César, João Antunes Nunes e aos demais, quero ter o agrado de cumprimentar-vos, extensivamente aos familiares.

Hoje, morando em Muniz Freire, a conhecida “Cidade da Amizade”, me divirto com pescarias e também tocando instrumentos como violão ou acordeom nas missas dominicais, além de curtir o carinho da família



Maximino e a esposa, Dona Elza



Os netos: grande orgulho de Maximino

Balancete - Julho 2008

Saldo Anterior

Caixa	207,03
Banestes Cta 1.702.554	12.870,11
Banestes Cta 6.193.023	2.459,27
Banestes Aplicação	102.984,19
Aplicação Coopfisco	177.988,31
TOTAL	296.508,91

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Aposentados	47.300,00
Ativos	32.180,00
Empréstimo Coopfisco	30.000,00
Outras Receitas	1.454,93
Pensionistas	34.585,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.239,19
Sócios Contribuintes	3.122,53
TOTAL	151.881,65

IMOBILIZADO

Veículos	34.900,00
TOTAL	34.900,00

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Imóveis	14.783,56
TOTAL	14.783,56

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	6.120,74
F.G.T.S.	2.307,55
TOTAL	8.428,29

OBRIGAÇÕES FISCAIS

PIS S/Salários	180,30
I.R.R.F. S/Salários	1.872,20
TOTAL	2.052,50

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	1.840,22
Contribuição Sindical	59,30
Salários	13.924,66
13º Salário	10.174,84
Vale Transporte	844,50
Vale Refeição	3.573,75
TOTAL	30.417,27

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	860,00
Serviços Prestados Departamento Jurídico	1.142,00
Serviços Manutenção Sede Social	15.052,10
TOTAL	17.054,10

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	105,90
Água e Saneamento	676,45
Assinatura SKY	181,70
Aluguel de Imóveis	370,00
Combustível	1.605,19
Condomínio	635,00
Condução	929,00
Correios	3.797,35
Contribuição Fenafisco	2.174,89
Cópias e Autenticações	46,02
Cursos e Instruções	644,00
Despesas Diversas	73,20
Despesas C/Estacionamento	392,00
Despesas C/Editoração e Gráfica	5.310,20
Despesas C/Pedágio	104,40
Despesas C/Veículos	676,00
Despesas C/Uniforme	971,00
Energia	2.592,10
Festividades e Confraternizações	9.285,87
Instalações	292,00
Impostos e Taxas	961,92
Jornais e Revistas	382,60

Limpeza / Conservação	140,04
Material de Consumo	1.820,10
Material de Escritório	556,73
Material de Higiene/Limpeza	934,73
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	689,08
Parcelamento FGTS/Impostos/CONAB	1.665,73
Repasse COOPFISCO	1.379,57
Reembolso de Despesas	107,51
Seguros	666,34
Telefone	3.294,10
Viagens e Estadas/Passagens	2.111,52
TOTAL	45.572,24

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	216,10
TOTAL	216,10

Saldo Banco/Caixa

Caixa	366,06
Banestes Cta 1.702.554	7.599,65
Banestes Cta 6.193.023	2.789,10
Banestes Aplicação	104.009,53
Aplicação Coopfisco	180.202,16
TOTAL	294.966,50

TOTAL

Vitória, 31 de julho de 2008

Moacyr Edson de Angelo

Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória - ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Balancete - Agosto 2008

Saldo Anterior

Caixa	366,06
Banestes Cta 1.702.554	7.599,65
Banestes Cta 6.193.023	2.789,10
Banestes Aplicação	104.009,53
Aplicação Coopfisco	180.202,16
TOTAL	294.966,50

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Aposentados	47.220,00
Ativos	31.890,00
Outras Receitas	210,15
Pensionistas	34.905,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.474,40
Sócios Contribuintes	3.092,60
TOTAL	120.792,15

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Imóveis	15.176,46
TOTAL	15.176,46

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	6.315,40
F.G.T.S.	1.575,01
TOTAL	7.890,41

OBRIGAÇÕES FISCAIS

PIS S/Salários	183,50
I.R.R.F. S/Salários	1.833,53
TOTAL	2.017,03

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	1.840,22
Contribuição Sindical	101,46
Férias e Rescisões	897,41
Salários	13.052,12
Vale Transporte	789,00

Vale Refeição	3.573,75
TOTAL	20.253,96

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	860,00
Serviços Prestados Departamento Jurídico	1.142,00
Serviços Prestados - PF	415,00
Serviços Manutenção Sede Social	15.817,65
TOTAL	18.234,65

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	293,90
Água e Saneamento	879,26
Assinatura SKY	181,70
Aluguel de Imóveis	370,00
Condomínio	635,00
Condução	17,00
Correios	257,25
Contribuição Fenafisco	2.204,00
Cópias e Autenticações	282,11
Cursos e Instruções	644,00
Despesas Diversas	923,01
Despesas C/Estacionamento	5,50
Despesas c/Farmácia	14,80
Despesas c/Floricultura	75,00
Despesas C/Veículos	165,05
Despesas C/Uniforme	738,00
Energia	2.966,60
Emprestimo COOPFISCO	6.356,65
Festividades e Confraternizações	142,00
Fretes	20,00
Instalações	600,50
Impostos e Taxas	476,57
Jornais e Revistas	317,15
Limpeza / Conservação	355,00
Material de Consumo	1.058,59
Material de Escritório	156,55
Material de Higiene/Limpeza	807,51

Manutenção de Máquinas e Equipamentos	694,07
Parcelamento FGTS/Impostos/CONAB	1.959,01
Repasse COOPFISCO	1.379,57
Seguros	779,30
Telefone	3.474,52
Viagens e Estadas/Passagens	1.658,51
TOTAL	30.887,68

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	151,20
TOTAL	151,20

Saldo Banco/Caixa

Caixa	24,54
Banestes Cta 1.702.554	10.452,13
Banestes Cta 6.193.023	2.984,50
Banestes Aplicação	125.144,06
Aplicação Coopfisco	182.542,03
TOTAL	321.147,26

TOTAL

Vitória, 31 de agosto de 2008

Moacyr Edson de Angelo

Av. Adolpho Cassoli, 376 - Maruípe - Vitória - ES - CEP 29040-040
Contador CRC-ES 2832 - CPF 282.309.307-91

Modernização x Valorização do Fisco

O Edital para o Concurso Público da Secretaria da Fazenda do Espírito Santo, há muito tempo esperado pela categoria, que sempre defendeu a oxigenação do quadro de auditores recomenda a seguinte indagação: Com um edital tão complexo, a estrutura será também moderna?

É fato que buscamos inserir no quadro de auditores pessoas com alto nível intelectual que possam agregar conhecimento e promover mudanças tanto estruturais como comportamentais dentro da Secretaria. É isso que o Fisco quer!

Entretanto, todas essas exigências do Edital para suprir a demanda dos Postos Fiscais não são compatíveis com a atual estrutura da Sefaz. Um exemplo disso é que ao longo de todos esses anos o Sindifiscal denuncia a falta de atenção da cúpula governamental com os servidores que trabalham em condições precárias nos Postos Fiscais. No final do ano de 2006, em um movimento itinerante que buscou visitar os principais postos de trabalho da fiscalização capixaba, o Sindifiscal fez um levantamento que mostrou o quanto o Fisco está deficiente no quesito físico e humano em diferentes setores, mas a precariedade maior, ainda hoje, é dos Postos Fiscais de fronteira. No quesito capacitação, os próprios Auditores clamam por oportunidades de treinamentos técnicos e atualização em áreas essenciais para o melhor desempenho de suas funções. Lamentavelmente quase nada avançou...

É bom lembrar, que no concurso de 2002, os Auditores aportaram na Secretaria cheios de vontade de trabalhar e vestir a camisa em prol do Estado, mas a falta de condições de trabalho fez com que muitos abandonassem o barco e partissem para outros órgãos que ofereceram melhores condições de trabalho e remuneração compatível. Os que ficaram manifestam decepção, mas lutam por uma remuneração digna e condições

melhores.

No dia 5 de dezembro foi publicada no Diário Oficial a Lei 9.072/08, de iniciativa do Governador, que autoriza um processo de modernização da Secretaria da Fazenda, financiado pelo BID, de mais de 21 milhões de dólares para o Estado (aproximadamente R\$ 52 Milhões). Esperamos que desta vez ocorra efetivamente a modernização e organização do órgão para melhor atender ao servidor e o contribuinte. Isto porque nos últimos anos foram vários empréstimos sem resultado visível. Outros Estados da federação investiram de forma inteligente e hoje apresentam uma boa estrutura. Mas o Estado da Bahia é o grande destaque, pois além da estrutura foi o que mais investiu em capacitação, com um Centro Universitário administrado pela SEFAZ oferece cursos de especialização para todo o quadro fazendário. Um exemplo a ser seguido...

Falecimentos

É com grande pesar que comunicamos o falecimento de:

- Maria Serrat Moraes Vargas, pensionista, em 27/09/2008;
- Jair Moraes Ramos, aposentado, em 23/10/2008;
- Irene Barbosa Martins, pensionista, em 23/10/2008;
- Leny Ramos Gama, esposa do colega aposentado Edmundo Gama, em 28/10/2008;
- José Geraldo Vieira Mota, AFRE II, em 30/10/2008;
- José Nogueira, aposentado, em 10/11/2008;
- Paulina de Bacher Voss, pensionista, em 09/12/2008.

IN

- ☺ As nossas confraternizações. A união é o caminho que nos resta para somarmos em nossa capacidade de luta.
- ☺ A participação de muitos colegas na redação de textos que sedimentam a nossa mobilização. Vamos somar sempre. Eles enriquecem o nosso site e exprimem a nossa insatisfação.
- ☺ A participação dos colegas nas doações de final de ano para aqueles que necessitam. É a solidariedade do Fisco.
- ☺ O trabalho desenvolvido pela Polícia Federal em todo país, denota o fim da impunidade dos poderosos.
- ☺ A solidariedade do povo brasileiro na tragédia de Santa Catarina.
- ☺ A mudança de gestão no IPAJM, com a nomeação do Assessor Osvaldo Hulle. Esperança de dias melhores!

OUT

- ☹ O Projeto de Lei que promove alteração no Sistema Tributário não faz por merecer o nome Reforma Tributária. O modelo proposto desorganiza as finanças dos Estados e Municípios, não muda o quadro de desigualdade, mas federaliza o poder de concessão de benefícios.
- ☹ A não inclusão do Imposto sobre Grandes Fortunas.
- ☹ A prisão de membros do Poder Judiciário Estadual. Mais um escândalo que a sociedade capixaba tem que suportar.
- ☹ A crise financeira mundial.